

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 5, Número 2, Outubro de 2016

A Desconexão Democrática

Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk

Devemos nos Preocupar?

Ronald F. Inglehart

**O Renascimento Maoísta
de Xi Jinping**

Suisheng Zhao

**O Ataque aos Tribunais
Pós-Comunistas**

Bojan Bugaric e Tom Ginsburg

**O Supremo, a Incerteza Judicial
e a Insegurança Jurídica**

Joaquim Falcão

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do Journal of Democracy em Português começa com dois artigos sobre o aumento do número de cidadãos insatisfeitos com a democracia nos países desenvolvidos. Este é um fenômeno que se tornou visível nos últimos anos nos Estados Unidos e na Europa, na esteira de candidaturas como a de Donald Trump e Marine Le Pen.

Em “A desconexão democrática”, Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk utilizam dados do World Values Survey, entre 1995 e 2014, para destacar três tendências concomitantes e associadas: nesse período, cresce a avaliação negativa sobre a democracia, se eleva o ceticismo quanto a ser possível melhorá-la por meio da participação política e sobe a preferência por regimes não democráticos. Essas tendências são mais acentuadas entre os mais jovens. Nos Estados Unidos, em 1995, 16% das pessoas entre o final da adolescência e o início da vida adulta consideravam a democracia um regime “ruim” ou “muito ruim”. Em 2011, 24% dos jovens nessa faixa de idade tinham a mesma opinião. Na Europa, no mesmo período, esses percentuais variaram de 8% para 13%. A análise dos dados leva os autores a sustentar a hipótese de que poderia estar acontecendo uma “desconsolidação democrática” nos países em que as democracias há mais tempo e mais profundamente se enraizaram.

Em “Devemos nos Preocupar?”, Ronald Inglehart polemiza com Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk. Utilizando a mesma base de dados, chega a conclusões menos pessimistas. Ele chama a atenção para o fato de que ao longo dos últimos anos se expande sistematicamente, nos países desenvolvidos e também em desenvolvimento, a opinião favorável à igualdade de direitos entre homens e mulheres, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao respeito aos direitos humanos. Segundo Inglehart, essa tendência apontaria para mudan-

ças mais profundas nas crenças e valores dos indivíduos. Seriam por isso mais duradouras do que a perda de apoio à democracia detectada no mesmo survey. O cenário mais sombrio apresentado por Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk corresponderia antes a tendências observadas nos Estados Unidos do que na Europa. Não apenas o percentual de jovens europeus que considera essencial viver numa democracia é significativamente maior do que nos Estados Unidos, como também a diferença entre a opinião deles e a dos mais velhos a esse respeito é muito menor no velho continente, observa Inglehart. Ou seja, a adesão à democracia é mais alta e mais estável na Europa.

Nos Estados Unidos, a menor transmissão de valores democráticos da geração mais velha para a geração mais nova refletiria três fenômenos tipicamente americanos: o aumento drástico da desigualdade social e da influência dos mais ricos sobre a elite política de Washington e a dificuldade cada vez maior demonstrada por Democratas e Republicanos para estabelecer acordos e fazer o governo funcionar. Para o autor, a democracia, por ser um regime suscetível ao interesse da maioria, oferecerá ela própria o remédio para esses males: mais cedo ou mais tarde uma agenda favorável à redução das desigualdades sociais e da influência dos mais ricos sobre a elite política acabará por prevalecer eleitoralmente.

Dos Estados Unidos e da Europa, este número se desloca em seguida para a China. Ali se encontra um “líder forte que não precisa se preocupar com eleições e parlamentos”. Trata-se do presidente chinês Xi Jinping. Ao chegar ao poder em 2012, ele despertou a esperança dos liberais chineses: as reformas econômicas – desaceleradas sob Hu Jintao, entre 2003 e 2012 – ganhariam novo impulso e a liberalização política do regime avançaria. Nas palavras de Suisheng Zhao, autor de “O Renascimento Maoísta de Xi Jinping”, o terceiro artigo deste número, “o sonho dos liberais se mostrou uma ilusão”. As reformas não decolaram e a liberalização política – que evoluiu lenta e parcialmente sob Jiang Zeming, entre 1993 e 2003, e Hu Jintao - deu marcha à ré.

O cientista político chinês, que dá aulas na Universidade de Denver, analisa a política de concentração de poder e a campanha ideológica promovidas por Xi Jinping, o primeiro líder chinês a enfeixar em suas mãos a Presidência da República, a Secretaria-geral do Partido Comunista e a chefia das Forças Armadas, desde Mao Tsé-tung. Ocupando essas três posições estratégicas, Xi lançou uma ampla iniciativa anticorrupção que já levou ao encarceramento ou demissão de milhares de dirigentes partidários. A iniciativa responde à insatisfação popular com a corrupção dentro do Partido Comunista. Para o todo-poderoso presidente chinês, serve também para conter, pela ameaça, qualquer tentativa de oposição à sua liderança nas fileiras do partido. Outro meio para conter dissidências dentro e fora do Partido Comunista é a censura sobre a imprensa, as mídias sociais e a universidade. O alvo é a disseminação de ideias “subversivas”, associadas ao Ocidente: a democracia constitucional, os direitos humanos, a independência da mídia e da sociedade civil, entre elas.

Segundo Zhao, a “China passa hoje por uma mini reprise da Revolução Cultural”, referência ao período de exacerbação ideológica e da repressão política que Mao Tsé-tung liderou entre 1966 e 1969, somente encerrado de fato com a sua morte em 1976. Mais do que uma demonstração de força, o renascimento maoísta de Xi Jinping é “uma confissão embaraçosa da fragilidade do regime neste século 21, em uma China marcada pelos temores da desaceleração econômica”, escreve Zhao.

Os artigos que completam este número dizem ambos respeito ao poder de tribunais constitucionais. Em “Ataque aos tribunais pós-comunistas”, Borjan Bungaric e Tom Ginsburg escrevem sobre as investidas de governos iliberais da antiga Europa do Leste contra esses órgãos do Poder Judiciário. Os ataques visam fazer dos Tribunais Constitucionais instituições decorativas, incapazes de impedir a execução de políticas antagônicas ao Estado de Direito. Coalizões de partidos populistas e xenófobos têm obtidos vitórias eleitorais na antiga

Europa do Leste, reavivando velhos fantasmas como o antissemitismo e o preconceito contra ciganos e homossexuais e insuflando novos, contra refugiados e imigrantes árabes. O mais preocupante, dizem os autores, é que os dois mais importantes países da região, Polônia e Hungria, têm hoje governos desse naipe (a Hungria, desde 2010). A dificuldade da União Europeia em influenciar os governos e os eleitorados dos países da antiga Europa do Leste poderá torná-los cada vez mais parecidos com a Rússia e diferentes do restante da Europa, concluem Bungaric e Ginsburg.

Se o poder dos tribunais constitucionais se esvazia na Polônia e na Hungria, no Brasil observa-se o oposto. É o que afirma Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da FGV-RJ, em seu artigo “O Supremo, a incerteza judicial e a insegurança jurídica”, que inaugura a seção de autores brasileiros do Journal. O poder do STF, argumenta, emana não apenas dos dispositivos constitucionais, mas também da possibilidade de seus ministros escolherem quando e o que deve ser objeto de decisão final pelo tribunal. A Constituição dá amplo poder interpretativo ao STF ao dizer que deve ser declarada inconstitucional qualquer lei tendente a abolir as chamadas cláusulas pétreas, formuladas em termos vagos. Já o poder de decidir quando e o que julgar é magnificado pela quantidade de processos que chega ao STF, pela inexistência de controle sobre os prazos para decisão final sobre eles e, claro, pelo impacto das decisões e não decisões do Supremo sobre a vida econômica e política do país.

Um bom exemplo, escreve Falcão, são os mais de 957 mil casos referentes aos índices de correção das cadernetas de poupança, parados na primeira instância, aguardando decisão do Supremo. A causa remonta a planos econômicos editados há mais de trinta anos e os valores envolvidos somam R\$ 2,5 bilhões. Em suas palavras, “essa não decisão afeta o princípio da separação de poderes e se transfigura em verdadeira política econômica do Supremo”.

Falcão sustenta estar nas mãos do STF a competência para adotar medidas que desestimulem a litigância constitucional, em particular a apresentação de recursos, que representaram 80% dos novos processos ingressados no tribunal entre 2011 e 2015; limitem a duração dos pedidos de vistas e controlem o prazo para término da relatoria de processos (em média 231 dias, para casos no campo do direito tributário). Se adotadas, essas medidas tornariam o processo decisório mais previsível. Por que não o são? Porque, para o autor, elas diminuiriam o poder político do Supremo, um poder paralelo e informal, não previsto na Constituição.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Devemos nos Preocupar?*

Ronald F. Inglehart

Ronald F. Inglehart é professor de Democracia, Democratização e Direitos Humanos do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Michigan e codiretor do Laboratório de Pesquisa Social Comparada da Escola Superior de Economia em São Petersburgo, Rússia. Também dirige o World Values Survey, pesquisa que abarca amostras nacionalmente representativas de 97 países.

Nesta edição do *Journal of Democracy*, Roberto Foa e Yascha Mounk relatam que cidadãos de diversos países estão se tornando insatisfeitos com a democracia e se mostram cada vez mais abertos a alternativas não democráticas. Os autores apresentam muitas evidências para apoiar essa afirmação, concluindo que a democracia está em perigo.

Embora eu concorde que, atualmente, o apoio explícito e massivo à democracia esteja se enfraquecendo, os dados apresentados por Foa e Mounk sugerem que esse é, em grande medida, um fenômeno pontual particularmente americano, uma vez que as diferenças por grupo de idade encontradas nos Estados Unidos são muito maiores do que aquelas encontradas em outros países. Por exemplo, na Figura 1 de seu ensaio, que mostra a porcentagem de pessoas que consideram “essencial” viver sob um regime democrático, há uma diferença de 41 pontos entre as faixas etárias mais novas e mais velhas nos Estados Unidos; a diferença entre coortes de idade similares na Europa é de apenas 9 ou

*Publicado originalmente como “How Much Should We Worry?”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 3, Julho de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

10 pontos.¹ Os Estados Unidos também se destacam em relação a outras variáveis, expondo mudanças mais profundas na opinião pública lá que em outros países.

O que faz dos Estados Unidos um país tão diferente? Uma resposta possível é que, mais recentemente, a democracia americana tornou-se atterrantemente disfuncional. Ela sofre de 1) uma virtual paralisia no topo, como mostra a disposição do Congresso de paralisar o governo federal, independentemente do dano à nota de crédito do país, após travar uma disputa orçamentária com a Casa Branca; 2) um grande aumento da desigualdade de renda — maior do que em qualquer outra democracia consolidada, com queda da renda real da maior parte da população nas últimas décadas, a despeito de um crescimento econômico expressivo; e 3) uma crescente e desproporcional influência política de bilionários, com o dinheiro representando um papel mais preponderante nos Estados Unidos do que em qualquer outra democracia. A maior parte dos países da União Europeia e da América Latina foi muito menos afetada por esses problemas. De fato, pode-se argumentar que, nos últimos anos, a autoritária China tem sido governada de maneira mais competente em muitos aspectos do que os Estados Unidos.

Não desisti da democracia; estou convencido de que, no longo prazo, ela possui vantagens cruciais em relação a um governo autoritário. Mas preciso concordar que a democracia nos Estados Unidos tem tido um desempenho decepcionante ultimamente, às vezes ainda pior do que outras democracias avançadas. Grande parte dos eleitores americanos parece concordar — especialmente a geração mais jovem, cujas posições políticas ainda são relativamente flexíveis.

É compreensível que Foa e Mounk enfatizem as evidências mais favoráveis à sua tese. Outras evidências do World Values Survey (WVS), no entanto, apresentam um panorama mais nuançado. Por exemplo, embora o aumento do apoio ao governo militar seja a ten-

dência predominante, apenas oito países apresentam variação nesse sentido de 10 pontos percentuais ou mais, e nove países variaram no sentido oposto (embora apenas em dois deles com variação de mais de 10 pontos). Nos países da UE e na Índia, o apoio a um governo de “um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento nem com eleições” aumentou em cerca de 5 pontos percentuais, enquanto nos Estados Unidos aumentou em cerca de 10 pontos. O resultado é estatisticamente significativo, mas relativamente modesto.

Valores em transformação

Na verdade, evidências trazidas por alguns indicadores importantes sugerem que a base de apoio à democracia está se *fortalecendo*. Por mais que isso pareça surpreendente, a análise multinível que examina o impacto de atitudes no nível individual na democracia no nível da sociedade, baseada em evidências de diversos países, demonstra que a tolerância a minorias é um indicador ainda mais forte do quanto democrática é uma sociedade do que o apoio explícito à democracia.² Portanto, para além das palavras em apoio à democracia, o quanto uma sociedade aceita a igualdade de gêneros ou tolera a homossexualidade são indicadores muito melhores do nível de democracia medido pela Freedom House. Além disso, como demonstram as séries históricas do WVS, o apoio em massa tanto à igualdade de gênero quanto à tolerância aos gays está aumentando rapidamente em quase todas as democracias consolidadas, incluindo os Estados Unidos, onde o casamento entre pessoas do mesmo sexo tornou-se legal em 2015.

Não obstante, concordo com a afirmação central de Foa e Mounk de que a crença geral na democracia vem se deteriorando ao longo das duas últimas décadas, enquanto o apoio a alternativas não democráticas vem aumentando. Também concordo com a maior parte das explicações que eles oferecem para isso. Mas gostaria de acrescentar mais uma.

Há cerca de 45 anos, defendi que “uma transformação pode estar ocorrendo na cultura política das sociedades industriais avançadas. Essa transformação parece estar alterando as prioridades básicas dos valores de dadas gerações, como um resultado de condições em mutação que influenciam suas socializações básicas”.³ Uma posterior análise de coorte de nascimento, baseada em centenas de pesquisas realizadas de 1970 a 2008, sugere que os relativamente altos níveis de segurança econômica e física gozados pela geração do pós-guerra acarretaram uma mudança intergeracional de valores “materialistas” para “pós-materialistas”, à medida que coortes mais novas gradualmente substituíam as mais velhas entre a população adulta.⁴ Essa análise também revela nítidos efeitos pontuais que refletem condições econômicas atuais: a diferença intergeracional persiste, mas, em tempos de insegurança, todas as coortes exibem visões mais materialistas, e a recuperação econômica as traz de volta a seu nível de longo prazo. Portanto, ao longo de um período de 38 anos, praticamente todas as coortes permanecem ao menos tão pós-materialistas quanto eram inicialmente.

Essa teoria de mudança de valores implica que pessoas em relativa segurança tendem a ser mais tolerantes e a apoiar mais a democracia do que as menos seguras. Confirmando essa interpretação, Christian Welzel e eu apresentamos evidências de que 1) o desenvolvimento econômico — além da redução da vulnerabilidade à fome, doenças e violência — resulta em uma mudança de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão, dos quais o pós-materialismo é apenas um dos componentes,⁵ e 2) as sociedades com altos níveis de valores de autoexpressão tendem a ter mais instituições democráticas e a ser relativamente tolerantes em relação a membros de outros grupos.⁶ Altos níveis de segurança existencial parecem resultar em maior tolerância em relação a membros de outros grupos e na presença de instituições democráticas.

Insegurança existencial possui o efeito oposto. Embora os milagres econômicos e o aumento do Estado de bem-estar social nas décadas

que seguiram o pós-guerra tenham produzido um aumento da segurança e uma mudança intergeracional em direção a valores de autoexpressão, nas últimas décadas a maioria das sociedades industriais avançadas enfrentaram estagnação econômica, aumento do desemprego e dos fluxos migratórios e a pior recessão desde a Grande Depressão na década de 1930. A teoria da mudança intergeracional de valores afirma que uma grande influência no apoio popular à democracia é a segurança existencial — o grau no qual as pessoas crescem sem preocupação com sua própria sobrevivência ou a percebe como precária.⁷ Altos níveis de insegurança existencial resultam em autoritarismo, xenofobia e na rejeição de novas normas culturais. A estagnação econômica e o aumento da desigualdade nas últimas décadas levaram ao aumento do apoio a candidatos políticos autoritários e xenófobos, de Marine le Pen na França a Donald Trump nos Estados Unidos (ambos com chances reais de vencer as próximas eleições presidenciais de seus respectivos países).

Modernização e democracia

A evidência apresentada por Foa e Mounk significa que a democracia atingiu seu ápice e começa agora um longo declínio? Penso que não. A má notícia é que quase todos os ganhos econômicos das últimas décadas nos Estados Unidos e na maior parte dos países industrializados beneficiaram os mais ricos. Ao mesmo tempo, a segurança existencial está em declínio para a maioria da população — especialmente os mais jovens, que enfrentam altos níveis de desemprego, mesmo entre aqueles com nível superior ou pós-graduação. A boa notícia é que, no longo prazo, a modernização ajuda a produzir condições que levam à democracia.⁸ A modernização é uma síndrome de mudanças sociais ligadas à industrialização. Uma vez em curso, tende a influenciar todos os aspectos da vida, trazendo especialização profissional, urbanização, aumento dos níveis educacionais, aumento da expectativa de vida e aceleração do crescimento econômico. Isso transforma

a vida social e as instituições políticas, promovendo participação em massa na política e valores que — no longo prazo — tendem a produzir instituições políticas democráticas.

A tendência democrática de longo prazo sempre oscilou entre picos e declínios. No início do século 20, existiam apenas algumas poucas democracias, e nenhuma delas seria considerada plenamente democrática pelos padrões atuais. Houve um grande aumento no número de democracias após a Segunda Guerra Mundial, e um terceiro pico na última parte do século 20. Cada um desses picos foi seguido de um declínio, mas o número de democracias nunca ficou abaixo da linha de base original. No início do século 21, cerca de noventa países podiam ser considerados democráticos.

Mais de cinquenta anos atrás, Seymour Martin Lipset mostrou que países desenvolvidos tendem a ser mais democráticos do que os menos desenvolvidos — um achado frequentemente confirmado por pesquisas subsequentes.⁹ Essa forte correlação reflete o fato de que o desenvolvimento econômico leva à democracia. Instituições democráticas não surgem repentinamente quando um país atinge determinado patamar de riqueza. Na verdade, o desenvolvimento ajuda a promover a democratização na medida em que 1) cria uma ampla, educada e articulada classe média, acostumada a pensar por si mesma; e 2) transforma os valores e as motivações dos cidadãos, fazendo com que deem prioridade à liberdade de escolha e de expressão.

Análise multivariada de dados do WVS permite distinguir o impacto de mudanças econômicas, sociais e culturais, e os resultados indicam que o desenvolvimento econômico promove a democracia ao trazer mudanças estruturais específicas (em particular, a ascensão de uma força de trabalho educada e articulada) e certas mudanças culturais (em particular, o aumento de valores de autoexpressão).¹⁰ Guerras, recessões econômicas, mudanças institucionais, decisões da elite e determinados líderes também influenciam o que acontece — mas a

mudança cultural é um fator preponderante na emergência e sobrevivência de uma democracia.

A modernização aumenta o nível educacional na sociedade, na medida em que a força de trabalho migra para profissões que exigem pensamento independente. Com a ascensão da sociedade do conhecimento, as pessoas acostumam-se a usar sua própria iniciativa e capacidade de tomada de decisão no trabalho, tornando-se mais aptas a questionar a autoridade hierárquica. A modernização também aumenta a segurança econômica das pessoas. Quando uma fatia maior da população cresce sem precisar se preocupar com sua sobrevivência, valores de autoexpressão tornam-se cada vez mais comuns. Apesar do desejo universal de liberdade e autonomia, quando a capacidade de sobrevivência é precária, tais aspirações assumem um lugar secundário diante da necessidade de ordem e subsistência. Mas, à medida que se assegura a sobrevivência, a liberdade e a autonomia tornam-se prioridades, e a motivação básica para a democracia — o desejo de livre escolha — torna-se predominante. Como resultado, as pessoas colocam maior ênfase na livre escolha política e passam a demandar direitos políticos, liberdades civis e instituições democráticas.

Nas últimas décadas, a maioria das pessoas nos Estados Unidos (e em muitas outras democracias consolidadas) assistiu a um declínio de sua renda real e ao aumento da desigualdade de renda. Ao mesmo tempo, o governo americano tem se mostrado notavelmente disfuncional. Ambos os fatores têm levado a impactos previsíveis no apoio à democracia. Se considerarmos essas condições como permanentes, então a perspectiva de longo prazo da democracia é realmente pouco animadora.

Mas a atual insatisfação popular com a maneira pela qual a democracia tem funcionado sugere que a queda da renda real pode não ser necessariamente um fator permanente. Economias estão crescendo, mas os partidos políticos de esquerda ligados à classe trabalha-

dora perderam sua base de apoio popular e, conseqüentemente, sua habilidade de negociação de políticas distributivas. Isso fez com que os ganhos econômicos fossem apropriados quase inteiramente pelos mais ricos.

Por conta da resultante disparidade de riqueza, a luta entre a classe média e a classe trabalhadora de séculos anteriores transformou-se (como argumenta Joseph Stiglitz) em uma luta entre o 1% do topo e os 99% restantes — em outras palavras, entre os extremamente ricos e o resto. Nos Estados Unidos, isso teve profundas implicações políticas: o Partido Republicano e o Partido Democrata têm sido acusados, em graus variados, de servir a uma elite rica e perderam a confiança da maior parte do eleitorado. As pessoas foram — corretamente — convencidas de que as instituições democráticas não têm funcionado adequadamente. Isso não leva automaticamente à ascensão ao poder de líderes sábios e competentes. Mas uma das vantagens de instituições democráticas é que elas se baseiam no princípio de uma pessoa, um voto. No longo prazo, se estivermos de fato diante de uma luta entre uma pequena elite e as massas, é provável que uma coalizão que represente os interesses das massas chegue ao poder.¹¹

Notas

1. Isso também é verdade para países latino-americanos, para os quais também há dados disponíveis, mas não são apresentados na figura.

2. Ronald Inglehart, “How Solid Is Mass Support for Democracy—And How Can We Measure It?”. *PS: Political Science & Politics*, v. 36, n. 1, Jan. 2003. pp. 51-7; e Ronald Inglehart; Christian Welzel, *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence* (Nova York: Cambridge University Press, 2005).

3. Ronald Inglehart, “The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies”. *American Political Science Review*, v. 65, n. 4, Dec 1971. pp. 991-1017. [Ed. bras. “A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 43, out. 2012. pp. 159-91.]

4. Ronald F. Inglehart, “Changing Values Among Western Publics, 1970–2006: Postmaterialist Values and the Shift from Survival Values to Self-Expression Values”. *West European Politics*, v. 31, n. 1-2, Jan-Mar 2008. pp. 130–46.

5. Inglehart & Welzel, op. cit., 2005; Christian Welzel, *Freedom Rising: Human Empowerment and the Quest for Emancipation* (Nova York: Cambridge University Press, 2013).

6. Ronald Inglehart, *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics* (Princeton: Princeton University Press, 1977); Ronald Inglehart, *Culture Shift in Advanced Industrial Society* (Princeton: Princeton University Press, 1990); Ronald Inglehart, *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies* (Princeton: Princeton University Press, 1997).

7. Inglehart & Welzel, op. cit., 2005; Welzel, op. cit.

8. Ver Ronald Inglehart; Christian Welzel, “How Development Leads to Democracy: What We Know About Modernization”. *Foreign Affairs*, v. 88, n. 2, Mar-Apr 2009. pp. 33-48; Christian Welzel; Ronald Inglehart, “The Role of Ordinary People in Democratization”. *Journal of Democracy*, v. 19, n. 1, Jan 2008. pp. 126-40; e Ronald Inglehart; Christian Welzel, “Changing Mass Priorities: The Link Between Modernization and Democracy”. *Perspectives on Politics*, v. 8, n. 2, June 2010. pp. 551-67.

9. Seymour Martin Lipset, “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”. *American Political Science Review*, v. 53, n. 1, Mar. 1959. pp. 69-105.

10. Ver Inglehart & Welzel, op. cit., 2005, capítulos 7 e 8.

11. Ronald Inglehart, “Inequality and Modernization: Why Equality Is Likely to Make a Comeback”. *Foreign Affairs*, v. 95, n. 1, Jan-Feb 2016. pp. 2-10.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Relações Internacionais:

<http://plataformademocratica.org/portugues/relacoes-internacionais>

Meios de Comunicação:

<http://plataformademocratica.org/portugues/meios-de-comunicacao>

Sociedade Civil:

<http://plataformademocratica.org/portugues/sociedade-civil>

América Latina:

<http://plataformademocratica.org/portugues/america-latina>

Bibliotecas virtuais:

Democracia

<http://plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

Sociedade de Informação

<http://plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>